

jurídica de emprego público bem como da carreira e categoria de que seja titular, posição e nível remuneratório que auferir e indicação das três últimas menções de avaliação de desempenho.

9.1 — O formulário de candidatura deve conter identificação expressa do procedimento concursal, através do número, série e data do *Diário da República* e número do respetivo aviso (ex: *Diário da República*, n.º xx, 2.ª série, de 00.00.2014, Aviso n.º 0000/2014 — Ref. X), ou do código de oferta na Bolsa de Emprego Público em que o procedimento foi publicado [ex: OE0000/2014 — Ref. X)], não sendo consideradas as candidaturas que não identifiquem corretamente a referência do procedimento concursal a que se referem.

10 — Os candidatos portadores de deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, devem anexar declaração, sob compromisso de honra, relativa ao respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, e preencher obrigatoriamente o ponto 8.1 do formulário de candidatura (sobre os meios/condições especiais necessários para a realização dos métodos de seleção).

11 — Entrega das candidaturas: o formulário, bem como os documentos que o devam acompanhar, poderão ser entregues, em envelope fechado, pessoalmente na Secretaria da Junta de Freguesia de São Martinho do Porto, das 9H às 16H, ou remetidos através de correio registado, com aviso de receção, endereçados à Junta de Freguesia de São Martinho do Porto, sita na Rua Professor Eliseu, n.º 2, 2460-676 São Martinho do Porto.

12 — Métodos de seleção — Considerando o carácter urgente do procedimento, o previsível número elevado de candidaturas e a necessidade premente de repor a capacidade de resposta dos serviços no âmbito das atribuições que lhe estão cometidas, por grave carência de recursos humanos nas áreas a que respeita o presente recrutamento, é utilizado, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, conjugado com o n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, um único método de seleção obrigatório, a saber:

a) Avaliação curricular — que terá uma ponderação de 100 %, será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, resultando a nota final da média ponderada dos valores atribuídos nos itens “Habilitações Literárias”, “Formação Profissional”, “Experiência Profissional” e “Avaliação do Desempenho”, de acordo com os parâmetros definidos pelo Júri.

13 — A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento resultará da média ponderada das classificações quantitativas do método de seleção, que será expressa na escala de 0 a 20 valores e efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Ordenação Final (OF)} = (\text{AC})$$

em que:

OF = Ordenação final;  
AC = Avaliação Curricular.

14 — Os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação do método de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final constarão nas atas do júri, as quais serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

15 — Composição do júri:

Presidente — Edna Isabel Madeira Lopes Carneiro Quintela Emauz, Técnico Superior da Junta de Freguesia de São Martinho do Porto.

Vogais efetivos — David Manuel Silvério Saramago, Assistente Operacional da Junta de Freguesia de São Martinho do Porto e Sandra Sofia Pereira Susano, Assistente Operacional da Junta de Freguesia de São Martinho do Porto.

Vogais suplentes — Paula Cristina Rentes Graça Antunes, Assistente Operacional da Junta de Freguesia de São Martinho do Porto e Jorge Manuel Pereira Filipe Vicente, Assistente Operacional da Junta de Freguesia de São Martinho do Porto.

15.1 — O primeiro vogal efetivo substituirá o presidente do respetivo júri nas suas faltas e impedimentos.

16 — Os candidatos excluídos serão notificados para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo, por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

17 — No âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, os candidatos devem obrigatoriamente utilizar o modelo de formulário aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 29 de Abril, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio, disponível na página eletrónica desta autarquia ([www.freguesiasaomartinhodoporto.pt](http://www.freguesiasaomartinhodoporto.pt)).

18 — A publicitação dos resultados obtidos no método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada no átrio do edifício da Junta de Freguesia disponibilizada na página eletrónica da Freguesia de São Martinho do Porto ([www.freguesiasaomartinhodoporto.pt](http://www.freguesiasaomartinhodoporto.pt)).

19 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, será afixada no átrio do edifício da Junta de Freguesia e disponibilizada na página eletrónica da Freguesia de São Martinho do Porto ([www.freguesiasaomartinhodoporto.pt](http://www.freguesiasaomartinhodoporto.pt)), sendo, ainda, publicado aviso na 2.ª série do *Diário da República* com informação sobre a sua publicitação.

19 de maio de 2014. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Joaquim Augusto da Conceição Clérigo*.

307842934

## TEATRO MUNICIPAL DE FARO — SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

### Aviso n.º 6521/2014

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 7 de maio de 2014, foi nomeado em regime de substituição, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, para o cargo de Diretor Delegado do serviço municipalizado “Teatro Municipal de Faro”, criado por deliberação da Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 29 de abril de 2013, equiparado ao cargo de direção intermédia de 3.º grau, o licenciado: Joaquim José Ramos Guerreiro.

Esta nomeação produz efeitos a partir de 7 de maio de 2014.

20 de maio de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Paulo Jorge Neves dos Santos*.

207839419



## PARTE I

### FUNDAÇÃO BIAL DE ARTE DE CERQUEIRA, F. P.

#### Relatório n.º 7/2014

#### Relatório e contas de 2013

#### Situação económico-financeira

O exercício de 2013 encerrou com um resultado negativo de 5 mil €. As vendas e prestações de serviços em 2013 totalizaram, 5.898,94 € e 23.096,55 € respetivamente.

Tabela 1

Vendas e prestações de serviços	Valor (em euros)	%
Vendas — Loja . . . . .	5 898,94	20,30
Prestação de serviços — Bilheteira 17.ª Bial	13 302,00	45,90
Prestação de serviços — Incubadora . . . . .	5 626,48	19,40
Prestação de serviços — Outras . . . . .	4 168,07	14,40
<i>Total</i> . . . . .	28 995,49	100

As transferências e subsídios obtidos representaram 87,2 % do total dos rendimentos, tendo contribuído para tal, os subsídios atribuídos pelo Município de Vila Nova de Cerveira, o cofinanciamento do projeto “Incubadora” por parte do FEDER (ON.2); O Mecenate/apoios totalizaram 19.945,60 €, designadamente, a Caixa de Crédito Agrícola (10.000 €), o Banco BPI (5.000 €), a Triauto (4.500 €), a Caixa Geral de Depósitos (250 €) e a Adriano Ramos Pinto (195,60 €).

Tabela 2

Transferências e subsídios obtidos	Valor (em euros)	%
Município de VN Cerveira. . . . .	200 000,00	47,60
DGARTES. . . . .	42 090,00	10,00
IFDR, IP (projeto Incubadora — 85 %). . . . .	157 660,03	37,60
Mecenate/Apoios. . . . .	19 945,60	4,80
<i>Total. . . . .</i>	<i>419 695,63</i>	<i>100,00</i>

Por outro lado, temos os juros de aplicações financeiras do capital fundacional, que se situou nos 5.549,97 €.

Finalmente temos os proveitos e ganhos extraordinários, que refletem o montante das alienações de ativos fixos e a imputação do subsídio referente ao cofinanciamento do ON.2, relativo à aquisição dos Ativos fixos, tendo em conta as depreciações de 2013.

No agregado dos gastos, as rubricas de Fornecimentos e serviços externos e Custos com o pessoal são os mais relevantes com aproximadamente 58,4 % e 33,8 % do total, respetivamente. As amortizações do exercício situaram-se nos 26.780,17 €, representando 5,5 % do total dos gastos. O Custo das mercadorias vendidas, os Outros custos operacionais, os custos e perdas financeiras e os custos e perdas extraordinários têm um valor residual no Total dos mesmos.

Os Fornecimentos e Serviços Externos (58,4 %) dos custos distribuem-se por 5 centros de custo da seguinte forma:

Tabela 3

Centro de custo	Valor (em euros)	%
Fundação Bienal da Cerveira. . . . .	24 583,52	8,60
Incubadora de Indústrias Criativas. . . . .	38 516,71	13,60
Casa do Artista. . . . .	59,91	0,00

Tabela 5

	Doador	Valor (em euros)
Doações . . . . .	Município de Vila Nova de Cerveira. . . . .	776 450,90
	Projecto — Núcleo de Desenvolvimento Cultural. . . . .	172 500,00
	Daniel Isidoro Unipessoal, L. <sup>da</sup> . . . . .	32 000,00
	Henrique Silva, Pintor . . . . .	45 000,00
	José Rodrigues, Escultor . . . . .	30 000,00
Aquisições 16.ª Bienal de Cerveira . . . . .		15 209,78
Aquisições 17.ª Bienal de Cerveira . . . . .		11 466,00
<i>Total de obras de arte . . . . .</i>		<i>1 082 626,68</i>

O equipamento básico, de transporte e administrativo, totalizam 515,36 €, 28.641,45 € e 86.011,52 €, respetivamente.

Em Estado e outros entes públicos temos as retenções de IRC efetuadas nos juros de depósitos a prazo (1.295,41 €) e a rubrica de outros devedores que se situaram nos 17.218,02 €.

Os depósitos bancários e caixa tiveram a expressão financeira dos meios financeiros líquidos, 262.017,53 €.

Os acréscimos e diferimentos refletem o valor dos acréscimos de proveitos, nomeadamente os juros e os subsídios a receber, que de acordo com o princípio da especialização, somam 929,90 € e 131.901,78 €, e o valor dos custos diferidos para 2014 no valor de 687,20 €.

Centro de custo	Valor (em euros)	%
Museu Bienal. . . . .	195,05	0,10
17.ª Bienal de Cerveira . . . . .	220 953,39	77,70
<i>Total. . . . .</i>	<i>284 308,58</i>	<i>100</i>

No que se refere aos custos com Pessoal, traduzem os custos associados à equipa da Fundação, nomeadamente o Diretor, 2 técnicos superiores e 1 administrativo, 1 auxiliar, 1 técnico de manutenção e 1 guarda.

Tabela 4

Custos com pessoal	Valor (em euros)	%
Comparticipação FEDER. . . . .	90 658,90	55,20
Comparticipação Própria . . . . .	73 652,68	44,80
<i>Total. . . . .</i>	<i>164 311,58</i>	<i>100</i>

Em matéria de custos, temos ainda as amortizações do imobilizado que se situaram nos 26.780,17 €, os outros custos operacionais, custos e perdas financeiras e os custos e perdas extraordinários que totalizaram, 793,40 €, 2.830,80 € e 3.506,24 €, respetivamente.

Na rubrica Fundos Patrimoniais estão refletidos os 260.000,00 € em meios financeiros líquidos, assim como as obras de arte doadas inicialmente à Fundação no valor de 1.055.950,90 €, estas estão evidenciadas no Balanço, de acordo com uma avaliação realizada por uma entidade credenciada. Nos Resultados Transitados está evidenciado o resultado líquido dos anos de 2010, 2011 e 2012.

O Passivo comporta os Empréstimos de médio e longo prazo (5.521,65 €) e os de curto prazo (104.425,09 €), as dívidas a fornecedores no valor de 5.171,68 €, ao Estado de 3.135,08 €, referente aos impostos (CGA, TSU e IRS) a pagar em janeiro.

Nos Acréscimos e diferimentos, incluem-se nos acréscimos de custos as estimativas de férias e subsídio de férias (cerca de 17 mil euros) e nos proveitos diferidos a participação por parte do ON.2 do imobilizado, que serão imputados a cada exercício de acordo com as amortizações dos bens, perfazendo em 31 de dezembro de 2013, 27.825,59 €.

No Ativo, o montante afeto a imobilizado diz respeito:

As propriedade industrial e outros direitos integram o valor do investimento em software, que em 2013 totaliza, 20.824,67 €.

As Outras Imobilizações Corpóreas dizem respeito às Obras de Arte do Acerbo da Fundação Bienal de Cerveira:

#### Proposta de aplicação de resultados

O Conselho Diretivo decidiu que o Resultado Líquido do Exercício de 2013 seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados — 5.432,09 €.

#### Agradecimentos

O Conselho Diretivo agradece a todas as Pessoas e Entidades que colaboraram e participaram nas atividades realizadas e contribuíram para os resultados alcançados em 2013.

O Presidente e os restantes Membros do Conselho Diretivo agradecem em especial:

Ao Município de Vila Nova de Cerveira;  
 À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Regional do Norte;  
 À Direção Geral das Artes;  
 À Projeto, Núcleo de Desenvolvimento Cultural;  
 Ao Fiscal Único, pela ação fiscalizadora cuidada e rigorosa, que muito conforto dá ao Conselho Diretivo;

O Conselho Diretivo agradece de uma forma muito particular a todas as Entidades que constituem o Conselho de Fundadores, onde permanentemente se funda a génese da Fundação Bienal de Cerveira, agradecendo toda a atenção e dedicação que o seu Presidente, o Escultor José Rodrigues, tem prestado.

O Conselho Diretivo agradece também a todos os apoios institucionais, mecenas, patrocinadores e mediapartners, que colaboraram com a nossa instituição no ano 2013, nomeadamente:

À Câmara Municipal de Braga;  
 À Conselheira da Cultura da Junta da Galiza;  
 À Metro do Porto;  
 À Câmara Municipal do Porto;  
 À Adriminho;  
 Programa Juventude em Ação  
 Ao Instituto Português do Desporto e Juventude;  
 A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste;  
 Ao Banco BPI;  
 À Triauto;  
 À VolvoCars Portugal;  
 À Red Bull Portugal;  
 À Delta Cafés;  
 À Superbock;  
 À Vitalis;  
 À Caixa Geral de Depósitos;  
 À Liquitex;  
 Ao Ponto das Artes;

À EDIGMA;  
 À Viarco;  
 À Robbialac;  
 À M. Sousa Ribeiro;  
 À MinhoCom;  
 À Norte Magnético;  
 À Europac;  
 À Adriano Ramos Pinto;  
 À Porto e Norte de Portugal;  
 À CIM Alto Minho;  
 Ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo;  
 À Associação Convento de S. Paio;  
 À Associação Porta XIII;  
 À Escola Superior Gallaecia;  
 À ETAP — Escola Profissional;  
 Ao Hotel Turismo do Minho;  
 À Estalagem da Boega;  
 Ao Hotel INATEL  
 À SIC Notícias  
 Ao Expresso  
 À Antena 1;  
 Ao Jornal de Notícias;  
 Ao Canal 180;  
 À Rádio Vale do Minho;  
 À AltoMinho TV;  
 e-cultura.pt

O Conselho Diretivo agradece ainda, e de uma forma muito especial e reconhecida, a todos os Colaboradores que se dedicaram e empenharam na atividade da Fundação no ano 2013 e a quem se deve, em primeiro lugar, o sucesso no alcance dos objetivos atingidos.

A todos, o nosso Muito Obrigado.

16 de abril de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *João Fernando Brito Nogueira*. — Os Diretores: *Henrique Pereira da Silva* — *José Gonçalves Correia da Silva*.

### Balanço em 31 de dezembro de 2013

Código das contas POCP	Ativo	Exercício			
		31-12-2013		31-12-2012	
		A.B.	A.A.	A.L.	A.L.
	Imobilizado:				
	Imobilizações Incorpóreas . . . . .				0
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos . . . . .	20 824,67	10 746,75	10 077,92	8 354,27
		<u>20 824,67</u>	<u>10 746,75</u>	<u>10 077,92</u>	<u>8 354,27</u>
	Imobilizações Corpóreas:				
423	Equipamento Básico . . . . .	515,36	515,36	0	0
424	Equipamento de transporte . . . . .	28 641,45	16 021,32	12 620,13	20 447,06
426	Equipamento administrativo . . . . .	86 011,52	70 292,94	15 718,58	32 708,72
429	Outras Imobilizações corpóreas . . . . .	1 082 626,68		1 082 626,68	1 071 160,68
		<u>1 197 795,01</u>	<u>86 829,62</u>	<u>1 110 965,39</u>	<u>1 124 316,46</u>
	Existências:				
32	Mercadorias . . . . .	1 778,06		1 778,06	1 559,30
		<u>1 778,06</u>	<u>0</u>	<u>1 778,06</u>	<u>1 559,30</u>
	Dívidas de Terceiros — Curto Prazo:				
211	Clientes, c/c . . . . .	1 064,83		1 064,83	432,48
24	Estado e Outros Entes Públicos . . . . .	1 295,41		1 295,41	1 549,51
262+263+267+268	Outros Devedores . . . . .	17 218,02		17 218,02	1 000,00
		<u>19 578,26</u>	<u>0</u>	<u>19 578,26</u>	<u>2 981,99</u>
	Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:				
12	Depósitos Bancários . . . . .	261 717,53		261 717,53	201 895,76
11	Caixa . . . . .	300		300	201,85
		<u>262 017,53</u>		<u>262 017,53</u>	<u>202 097,61</u>

Código das contas POCP	Ativo	Exercício			
		31-12-2013		31-12-2012	
		A.B.	A.A.	A.L.	A.L.
	<b>Acréscimos e Diferimentos:</b>				
271	Acréscimos de Proveitos .....	132 831,68		132 831,68	216 607,57
272	Custos Diferidos .....	687,2		687,2	1 030,01
		<u>133 518,88</u>		<u>133 518,88</u>	<u>217 637,58</u>
	<i>Total de Amortizações . . . .</i>		<u>97 576,37</u>		
	<i>Total de Provisões . . . . .</i>		<u>0</u>		
	<i>Total do Ativo . . . . .</i>	1 635 512,41	97 576,37	1 537 936,04	1 556 947,21

Código das contas POCP	Fundos próprios e passivo	Exercício	
		31-12-2013	31-12-2012
	<b>Fundos Próprios:</b>		
51	Património .....	1 315 950,90	1 315 950,90
59	Resultados Transitados .....	63 933,97	- 17 479,02
88	Resultado Líquido do Exercício .....	- 5 432,09	81 412,99
	<i>Total de Fundos Próprios . . . . .</i>	<u>1 374 452,78</u>	<u>1 379 884,87</u>
	<b>Passivo:</b>		
	<b>Dívidas a Terceiros — Médio e Longo Prazo (a)</b>		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazos .....	5 521,65	11 923,96
		<u>5 521,65</u>	<u>11 923,96</u>
	<b>Dívidas a Terceiros — Curto Prazo:</b>		
2311	Empréstimos de Curto Prazo .....	104 425,09	26 670,60
221	Fornecedores, c/c .....	5 171,68	9 346,18
2611	Fornecedores de Imobilizado, c/c .....		48 672,97
24	Estado e Outros Entes Públicos .....	3 135,08	3 715,08
262+263+265+ + 267+268 + 212	Outros Credores .....		28 349,72
		<u>112 731,85</u>	<u>116 754,55</u>
	<b>Acréscimos e Diferimentos:</b>		
273	Acréscimos de Custos .....	17 404,17	12 139,73
274	Proveitos Diferidos .....	27 825,59	36 244,10
		<u>45 229,76</u>	<u>48 383,83</u>
	<i>Total do Passivo . . . . .</i>	<u>163 483,26</u>	<u>177 062,34</u>
	<i>Total de Fundos Próprios e do Passivo . . . .</i>	1 537 936,04	1 556 947,21

### Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2013

Código das contas POCP		Exercícios			
		31-12-2013		31-12-2012	
	<b>Custos e Perdas</b>				
61	<b>Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas:</b>				
	Mercadorias .....	3 808,21		426,14	
	Matérias .....	294,63	4 102,84	0	426,14
		<u>4 102,84</u>		<u>426,14</u>	
62	Fornecimentos e Serviços Externos .....	284 308,58		129 276,91	
	<b>Custos com o Pessoal:</b>				
641 + 642	Remunerações .....	129 537,02		115 950,51	
643 a 648	Encargos Sociais .....	34 774,56	448 620,16	21 098,69	266 326,11
		<u>164 311,58</u>		<u>137 049,20</u>	

Código das contas POCP		Exercícios			
		31-12-2013	31-12-2012		
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais.		0		0
66	Amortizações do Exercício .....	26 780,17		66 787,16	
67	Provisões do Exercício .....	0	26 780,17	0	66 787,16
65	Outros Custos e Perdas Operacionais .....	793,4	793,4	1 010,37	1 010,37
	(A) .....		480 296,57		334 549,78
68	Custos e Perdas Financeiras .....		2 830,80		3 747,76
	(C) .....		483 127,37		338 297,54
69	Custos e Perdas Extraordinários .....		3 506,24		3 173,52
	(E) .....		486 633,61		341 471,06
88	Resultado Líquido do Exercício .....		– 5 432,09		81 412,99
			481 201,52		422 884,05
<b>Proveitos e Ganhos</b>					
Vendas e Prestações de Serviços:					
7111	Vendas de Mercadorias .....	5 898,94		508,78	
7112 + 7113	Vendas de Produtos .....	0		0	
712	Prestações de Serviços .....	23 096,55		6 807,28	
715	Reembolsos e Restituições .....	0		0	
716	Anulações .....	0	28 995,49	0	7 316,06
72	Impostos e Taxas .....	0		0	
(a)	Variação da Produção .....	0		0	
75	Trabalhos para a Própria Entidade .....	0		0	
73	Proveitos Suplementares .....	0		0	
74	Transferências e Subsídios Obtidos .....	419 695,63		366 953,61	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais .....	0	419 695,63	0	366 953,61
	(B) .....		448 691,12		374 269,67
78	Proveitos e Ganhos Financeiros .....	5 549,97	5 549,97	5 908,89	5 908,89
	(D) .....		454 241,09		380 178,56
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários .....	26 960,43	26 960,43	42 705,49	42 705,49
	(F) .....		481 201,52		422 884,05
			481 201,52		422 884,05

**Resumo:**

Resultados Operacionais (B)-(A):	– 31 605,45	39 719,89
Resultados Financeiros (D-B)-(C-A):	2 719,17	2 161,13
Resultados Correntes (D)-(C):	– 28 886,28	41 881,02
Resultado Líquido do Exercício(F)-(E):	– 5 432,09	81 412,99

**Mapa de execução orçamental****Mapa do controlo orçamental da despesa**

Ano 2013

Classificação		Dotações corrigidas	Compromissos assumidos			Despesa paga	Diferenças			Grau de execução orçamental Despesa % (11 = 7/3 * 100)
Económica	Descrição		Exercício	Exercícios futuros	Total		Dot. não comprometida	Saldo	Comp. por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 3 – 4)	(9 = 3 – 7)	(10 = 4 – 7)	(11 = 7/3 * 100)
	Despesas Correntes .....	509 000,00	490 450,78	0,00	490 450,78	490 450,78	18 549,22	18 549,22	0,00	96
01	Despesas com o Pessoal .....	166 000,00	164 311,58	0,00	164 311,58	164 311,58	1 688,42	1 688,42	0,00	99
0101	Remunerações Certas e Permanentes .....	138 000,00	136 628,75		136 628,75	136 628,75	1 371,25	1 371,25	0,00	99
0103	Segurança Social .....	28 000,00	27 682,83		27 682,83	27 682,83	317,17	317,17	0,00	99
02	Aquisição de Bens e Serviços .....	335 000,00	319 008,76	0,00	319 008,76	319 008,76	15 991,24	15 991,24	0,00	95
0201	Aquisição de Bens .....	15 000,00	13 541,51		13 541,51	13 541,51	1 458,49	1 458,49	0,00	90
0202	Aquisição de Serviços .....	320 000,00	305 467,25		305 467,25	305 467,25	14 532,75	14 532,75	0,00	95
03	Juros e outros Encargos .....	3 500,00	2 830,80	0,00	2 830,80	2 830,80	669,20	669,20	0,00	81
0301	Juros da Dívida Pública .....	3 500,00	2 830,80		2 830,80	2 830,80	669,20	669,20	0,00	81

Classificação		Dotações corrigidas	Compromissos assumidos			Despesa paga	Diferenças			Grau de execução orçamental Despesa %
Económica	Descrição		Exercício	Exercícios futuros	Total		Dot. não comprometida	Saldo	Comp. por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 3 - 4)	(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	(11 = 7/3 * 100)
06	Outras Despesas Correntes .....	4 500,00	4 299,64	0,00	4 299,64	4 299,64	200,36	200,36	0,00	96
0602	Diversas .....	4 500,00	4 299,64		4 299,64	4 299,64	200,36	200,36	0,00	96
	Despesas de Capital .....	464 000,00	378 452,96	0,00	378 452,96	378 452,96	85 547,04	85 547,04	0,00	82
07	Aquisição de Bens de Capital .....	64 000,00	19 805,14	0,00	19 805,14	19 805,14	44 194,86	44 194,86	0,00	31
0701	Investimentos .....	64 000,00	19 805,14		19 805,14	19 805,14	44 194,86	44 194,86	0,00	31
10	Passivos Financeiros .....	400 000,00	358 647,82	0,00	358 647,82	358 647,82	41 352,18	41 352,18	0,00	90
1003	Títulos a Médio e Longo Prazos .....	400 000,00	358 647,82		358 647,82	358 647,82	41 352,18	41 352,18	0,00	90
	<i>Total</i> .....	973 000,00	868 903,74	0,00	868 903,74	868 903,74	104 096,26	104 096,26	0,00	89

## Mapa do controlo orçamental da receita

Classificação		Dotações corrigidas	Receita por cobrar no início do ano	Receitas liquidadas	Receitas anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos/restituições		Receitas cobradas brutas	Receitas por cobrar no final do ano	Grau de execução orçamental Receita %
Económica	Descrição						Emitidos	Pagos			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7 - 9)	(11 = 4-5-6-7)	(12 = 10/3 * 100)
	Receitas Correntes .....	944 000,00	0,00	921 990,03	0,00	921 990,03	0,00	0,00	921 990,03	0,00	98
05	Rendimentos de Propriedade .....	5 000,00	0,00	3 886,12	0,00	3 886,12	0,00	0,00	3 886,12	0,00	78
0502	Juros — Sociedades Financeiras .....	5 000,00	0,00	3 886,12	0,00	3 886,12	0,00	0,00	3 886,12	0,00	78
06	Transferências Correntes .....	920 000,00	0,00	899 490,57	0,00	899 490,57	0,00	0,00	899 490,57	0,00	98
0601	Sociedades e Quase-Sociedades não Financeira .....	20 000,00	0,00	19 945,60	0,00	19 945,60	0,00	0,00	19 945,60	0,00	100
0602	Sociedades Financeiras .....	450 000,00	0,00	430 000,00	0,00	430 000,00	0,00	0,00	430 000,00	0,00	96
0603	Administração Central .....	250 000,00	0,00	249 544,97	0,00	249 544,97	0,00	0,00	249 544,97	0,00	100
0605	Administração Local .....	200 000,00	0,00	200 000,00	0,00	200 000,00	0,00	0,00	200 000,00	0,00	100
07	Venda de Bens e Serviços Correntes .....	19 000,00	0,00	18 613,34	0,00	18 613,34	0,00	0,00	18 613,34	0,00	98
0701	Venda de Bens .....	9 000,00	0,00	8 621,25	0,00	8 621,25	0,00	0,00	8 621,25	0,00	96
0702	Serviços .....	10 000,00	0,00	9 992,09	0,00	9 992,09	0,00	0,00	9 992,09	0,00	100
	Receitas de Capital .....	29 000,00	0,00	6 833,63	0,00	6 833,63	0,00	0,00	6 833,63	0,00	24
09	Vendas de Bens de Investimento .....	1 000,00	0,00	1 000,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	100
0902	Viaturas .....	1 000,00	0,00	1 000,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	100
10	Transferências de Capital .....	28 000,00	0,00	5 833,63	0,00	5 833,63	0,00	0,00	5 833,63	0,00	21
1003	Administração Central .....	28 000,00	0,00	5 833,63	0,00	5 833,63	0,00	0,00	5 833,63	0,00	21
	<i>Total</i> .....	973 000,00	0,00	928 823,66	0,00	928 823,66	0,00	0,00	928 823,66	0,00	95

## Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2013

Recebimentos	
Saldo da Gerência Anterior .....	202 097,61
Receitas Orçamentais .....	928 823,66
Correntes .....	921 990,03
Capital .....	6 833,63
Outras .....	
Operações de Tesouraria .....	0
<i>Total</i> .....	1 130 921,27
Pagamentos	
Despesas Orçamentais .....	868 903,74
Correntes .....	490 450,78
Capital .....	378 452,96
Operações de Tesouraria .....	0
Saldo para a Gerência Seguinte .....	262 017,53
<i>Total</i> .....	1 130 921,27

## Anexo às demonstrações financeiras

## Caracterização da entidade

## Identificação da entidade

Designação da entidade: Fundação Bienal de Arte de Cerveira  
Sede: Av. Das Comunidades Portuguesas S/N  
4920-275 Vila Nova de Cerveira  
Natureza da atividade: CAE 94991 — Associações Culturais e Recreativas

A Fundação Bienal de Arte de Cerveira (“Fundação Bienal de Cerveira” ou “Fundação”) é uma Fundação Pública de direito privado, dotada de personalidade jurídica, constituída por escritura pública em 18 de maio de 2009 e reconhecida pelo Despacho n.º 1543/2010 da Presidência do Conselho de Ministros em 7 de janeiro de 2010, conforme publicado na Parte C do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15, de 22 de janeiro de 2010, regendo-se pelos seus estatutos, e, no que lhes é omissivo, pela legislação portuguesa aplicável.

A Fundação, com sede social na Avenida das Comunidades Portuguesas em Vila Nova de Cerveira, tem como fins: perpetuar as raízes da Bienal de Cerveira, a organização das Bienais, a gestão e conservação do espólio das Bienais, promover a difusão das artes contemporâneas, promover a sua integração em redes nacionais e internacionais, estabelecer protocolos com estabelecimentos de ensino, promover o desenvolvimento do turismo cultural local e regional, preservar e promover o seu património móvel e imóvel e colaborar na elaboração de um plano estratégico sustentado, visando a criação de uma rede concelhia de equipamentos culturais.

A Fundação Bienal de Cerveira foi instituída pelos seguintes Fundadores, o Município de Vila Nova de Cerveira ao qual se associaram também a DST — Domingos da Silva Teixeira, SA, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL, Universidade do Minho, Fundação Convento da Orada/Escola Superior Gallaecia, Coopetape — Cooperativa de Ensino, CRL/ETAP Vale do Minho, Projeto, Núcleo de Desenvolvimento Cultural, a Daniel Isidoro, Unipessoal, L.ª e os Artistas Henrique Silva e José Rodrigues.

O património inicial é constituído pelas dotações iniciais de capital do Município de Vila Nova de Cerveira, bem como dos restantes Fundadores.

O Conselho Diretivo entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Fundação, bem como a sua posição, desempenho financeiros e fluxos de caixa.

### Legislação

Toda a legislação aplicável às Fundações Públicas, com especial evidência para:

Lei n.º 50/2012, de 31/08 (Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais);

Lei-Quadro das Fundações (aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9/07);

Lei-Quadro dos Institutos Públicos (Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17/01).

### Estrutura organizacional efetiva

#### Conselho de Fundadores

Município de Vila Nova de Cerveira  
 Projeto, Núcleo de Desenvolvimento Cultural  
 DST — Domingos da Silva Teixeira, SA  
 Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL  
 Universidade do Minho  
 Fundação Convento da Orada/Escola Superior Gallaecia  
 COOPETAPE — Cooperativa de Ensino, CRL/ETAP Vale do Minho  
 Daniel Isidoro, Unipessoal, L.ª  
 Henrique Silva, Pintor  
 José Rodrigues, Escultor

#### Conselho Diretivo

João Fernando Brito Nogueira — Presidente  
 Henrique Pereira da Silva — Diretor  
 José Gonçalves Correia da Silva — Diretor

#### Fiscal Único

Marques de Almeida, J. Nunes & V. Simões & Associados — SROC, L.ª  
 Representada por: Victor Manuel Lopes Simões

#### Equipa Técnica

António Abílio Pereira Torres — Diretor  
 Ana Margarida Nogueira Vale Costa — Responsável Programação  
 Indústrias Criativas  
 Carlos Alberto Limeres Bouça — Responsável Área Financeira  
 Maria Gorete Rebelo Araújo de Almeida — Secretariado  
 Arsénio Borges — Receção/Guarda  
 Célio Silva — Manutenção  
 Emília Costa — Auxiliar Geral

#### Descrição sumária das atividades

Ver Relatório de Gestão.

#### Recursos humanos

A Fundação Bienal de Arte de Cerveira conta a 31/12/2013 com 7 funcionários nos seus quadros.

#### Organização contabilística

O artigo 57.º da Lei n.º 50/2012 de 31/08 (Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais) remete para a Lei-Quadro das Fundações (aprovada pela Lei n.º 24/2012 de 9/07, assim como o artigo 2.º dos Estatutos da Fundação Bienal refere que a mesma se rege pela Lei-Quadro das Fundações. Tendo em conta que o n.º 7 do artigo 9.º da Lei-Quadro das Fundações refere que as fundações públicas estão sujeitas ao regime de gestão económico-financeira e patrimonial previsto na lei quadro dos institutos públicos (Decreto-Lei n.º 5/2012 de 17/01) e o artigo 39.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos (no

Capítulo III — Gestão económico-financeira e patrimonial) refere que se aplica o POCP — Plano Oficial de Contabilidade Pública, daí as contas de 2013 terem sido preparadas de acordo com o POCP.

#### Notas ao balanço e à demonstração de resultados

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam à numeração definida pelo POCP (Plano Oficial de Contabilidade Pública), com exceção das que para o presente exercício não são aplicáveis.

#### Indicação e justificação das disposições do POCP

Em termos contabilísticos foram cumpridas as disposições do POCP e demais normas e diretrizes contabilísticas. Em 2013, foi adotado pela primeira vez o Plano Oficial de Contabilidade Pública, tendo-se procedido à expressão do exercício de 2012 nas Demonstrações Financeiras.

#### Principais políticas contabilísticas

##### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com o POCP.

##### Imobilizado corpóreo

O Imobilizado Corpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição. Os Bens do património histórico e cultural, nomeadamente as Obras de Arte, foram objeto de especialização através de uma avaliação efetuada por uma entidade credenciada, encontram-se registados pelo justo valor.

Nos equipamentos de transporte está incluída uma viatura que foi doada à Fundação e está registada pelo justo valor.

A metodologia de amortização utilizada foi a aplicação das taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado. A viatura doada está a ser amortizada de acordo com a vida útil esperada.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como custo no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um qualquer bem é determinado através da diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

A Fundação tem registado no seu ativo Obras de Arte que, dada a sua natureza, têm um valor residual demasiado elevado e aproximado da quantia escriturada dos ativos. Estes bens não são portanto sujeitos a amortização.

##### Imobilizado incorpóreo

O Imobilizado Incorpóreo adquirido pela Fundação encontra-se registado ao custo de aquisição.

A metodologia de amortização utilizada foi a aplicação das taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro para o imobilizado.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

##### Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando exista uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de bens do imobilizado são inicialmente reconhecidos em acréscimos e diferimentos (proveitos diferidos), sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como proveitos de uma forma sistemática durante os períodos em que ocorrem os custos que os originam.

Os subsídios concedidos pelo Governo, mais concretamente pelo CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte) à Fundação Bienal de Cerveira destina-se a apoiar o projeto aprovado em sede de candidatura, nomeadamente, “Incubadora de Indústrias

da Bienal de Cerveira” e apresenta-se na Demonstração de Resultados na rubrica “Transferências e Subsídios obtidos “quer se tratem de custos decorrentes desse projeto ou de aquisições de imobilizado.

#### Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

##### (i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e  
Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e  
Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

##### (a) Clientes e outros devedores

Os saldos de clientes e de outros devedores são registados ao custo corresponde ao seu valor nominal.

##### (b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo. O custo corresponde ao seu valor nominal.

##### (c) Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e de outros credores são registados ao custo. O custo destes passivos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

##### (d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses empréstimos.

#### Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A Fundação não tem qualquer registo de rédito proveniente de vendas, prestações de serviços, juros, *royalties* e dividendos resultantes do uso por terceiros de ativos da entidade.

Principais fontes de incerteza associadas e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuadas estimativas e utilizados alguns pressupostos que afetam as quantias relatadas nos ativos e passivos, assim como as quantias relatadas em proveitos e custos do período.

As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:

(a) Vidas úteis do imobilizado corpóreo e incorpóreo;

(b) Férias e Subsídio de Férias do Pessoal;

(c) Imputação a Transferências e subsídios obtidos no âmbito do Projeto, “Incubadora de Indústrias de Cerveira”.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram

posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

#### Imposto sobre o rendimento

De acordo com o Despacho n.º 1543/2010 da Presidência do Conselho de Ministros em 7 de janeiro de 2010, conforme publicado na Parte C do *Diário da República*, 2.ª série — N.º 15 de 22 de janeiro de 2010, foi reconhecida a Fundação Bienal de Arte de Cerveira. Pelo que a Fundação está isenta de IRC, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 9 do CIRC.

#### Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo à medida que são devidos.

#### Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo que os proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registadas como ativos ou passivos.

#### Critérios valorimétricos

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e demonstração dos resultados são:

Imobilizado incorpóreo  
Programas de computador

(a) as taxas de amortização/depreciação são as definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

(b) o método de amortização usado é o de quotas constantes por duodécimos.

Imobilizado corpóreo  
Divulgação sobre o imobilizado corpóreo.

(a) o critério de mensuração usado é o custo de aquisição para todos os bens de imobilizado, à exceção dos Bens do património histórico e cultural que foram objeto de uma especialização através de uma avaliação por uma entidade credenciada e que estão mensurados ao justo valor e de uma viatura que foi doada à Fundação incluída nos equipamentos de transporte, que estão também mensuradas ao justo valor.

(b) o método de amortização usado é o de quotas constantes por duodécimos.

(c) as taxas de amortização/depreciação são as definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

As obras de arte incluídas nos Outras Imobilizações Corpóreas não estão sujeitas a amortização, por ter uma vida útil indefinida.

O equipamento de transporte que foi doado à Fundação está a ser amortizado de acordo com a vida útil esperada.

#### Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

#### Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Medida em que o resultado do exercício foi afetado:

a) Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4, «Critérios de valorimetria»;

Não aplicável.

b) Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas; A Fundação, por considerar mais apropriada à vida útil dos bens que detém no seu ativo imobilizado, continuou a utilizar as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, em vez de ter adotado as taxas definidas no CIBE (Cadastro e inventário dos bens do Estado) aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Assim, por esta opção os resultados foram afetados negativamente em cerca de 5.722,21 € e o ativo em 9.522,53 €.

c) Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.  
Não aplicável.



**Imobilizado incorpóreo**

As imobilizações incorpóreas são constituídas por propriedade industrial e outros direitos e referem-se aos programas de computadores. Estas imobilizações foram amortizadas pelos métodos das quotas constantes à taxa legal.

**Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado**

Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

**Tabela 6****Ativo Bruto**

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
De Imobilizações Incorpóreas:						
Propriedade industrial e outros direitos . . . . .	14 369,53		6 455,14			20 824,67
	14 369,53		6 455,14			20 824,67
De Imobilizações Corpóreas:						
Equipamento básico . . . . .	515,36					515,36
Equipamento de transporte . . . . .	31 141,45			2 500,00		28 641,45
Equipamento administrativo . . . . .	89 244,21		1 884,00		- 5 116,69	86 011,52
Outras Imobilizações corpóreas . . . . .	1 071 160,68		11 466,00			1 082 626,68
	1 192 061,70		13 350,00	2 500,00	- 5 116,69	1 197 795,01
<i>Total</i> . . . . .	1 206 431,23		19 805,14	2 500,00	- 5 116,69	1 218 619,68

**Tabela 7****Amortizações e provisões**

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De Imobilizações Corpóreas:				
Equipamento básico . . . . .	515,36			515,36
Equipamento de transporte . . . . .	10 694,39	7 722,77	2 395,84	16 021,32
Equipamento administrativo . . . . .	56 535,49	15 889,23	2 131,78	70 292,94
Outras Imobilizações corpóreas . . . . .	6 015,26	4 731,49		10 746,75
<i>Total</i> . . . . .	73 760,50	28 343,49	4 527,62	97 576,37

**Fundo patrimonial**

Os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas do “Fundo patrimonial”.

**Tabela 8****Fundos próprios**

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
51 — Património . . . . .	1 315 950,90			1 315 950,90
59 — Resultados transitados . . . . .	- 17 479,02	81 412,99		63 933,97
88 — Resultado líquido . . . . .	81 412,99	- 5 432,09	81 412,99	- 5 432,09
	1 379 884,87	75 980,90	81 412,99	1 374 452,78

**Tabela 9****Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais . . . . .	1 559,30	0	1 559,30
Compras . . . . .	4 026,97	294,63	4 321,60
Regularização de existências . . . . .	0	0	0
Existências finais . . . . .	1 778,06	0	1 778,06
Custo no exercício . . . . .	3 808,21	294,63	4 102,84

Tabela 10

## Repartição do valor líquido das vendas e prestações de serviços

Descrição	2013	2012
Vendas .....	5 898,94	508,78
Serviços prestados .....	23 096,55	6 807,28
<i>Total</i> .....	28 995,49	7 316,06

Tabela 11

## Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2013	2012		2013	2012
68.1 — Juros suportados .....	2 830,80	3 747,76	78.1 — Juros obtidos .....	5 549,97	5 903,79
68.2 — Perdas em entidades participadas .....			78.2 — Ganhos em entidades participadas .....		
68.3 — Amort. Investimentos em imóveis .....			78.3 — Rendimentos de Imóveis .....		
68.4 — Provisões aplicações financeiras .....			78.4 — Rendimentos participações de capital .....		
68.5 — Diferenças de câmbio desfavoráveis .....			78.5 — Diferenças de câmbio favoráveis .....		
68.7 — Perdas na alienação aplic. Tesouraria .....			78.6 — Desc. p. p. Obtidos .....		5,1
68.8 — Outros custos e perdas financeiras .....			78.8 — Outros proveitos e ganhos financeiros		
Resultados Financeiros .....	2 719,17	2 161,13			
	5 549,97	5 908,89		5 549,97	5 908,89

Tabela 12

## Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2013	2012		2013	2012
69.1 — Transf. de Capital Concedidas .....			79.1 — Restituição de impostos .....		
69.2 — Dívidas incobráveis .....			79.2 — Recuperação de Dívidas .....		
69.4 — Perdas em imobilizações .....			79.4 — Ganhos em imobilizações .....	895,84	2 599,97
69.5 — Multas e penalidades .....	41,25	31,02	79.5 — Benefícios penalidades contratuais .....		
69.6 — Aumentos Amortizações e Provisões .....			79.6 — Reduções amort. provisões .....		
69.7 — Correções rel. exerc. anteriores .....	2 589,53	2 080,21	79.7 — Correções rel. exerc. anteriores .....	9 865,80	
69.8 — Outros custos e perdas extraordinárias .....	875,46	1 062,29	79.8 — Out. prov. e ganhos extraordinários .....	16 198,79	40 105,52
Resultados Extraordinários .....	23 454,19	39 531,97			
	26 960,43	42 705,49		26 960,43	42 705,49

## Outras Informações Consideradas Relevantes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não existem dívidas em mora à Segurança Social e à Autoridade Tributária.

O Conselho Diretivo: *João Fernando Brito Nogueira — Henrique Pereira da Silva — José Gonçalves Correia da Silva.* — O Técnico Oficial de Contas, *Carlos Alberto Limeres Bouça.*

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

## À Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

(de acordo com o artigo 55.º da Lei-Quadro das Fundações)

1 — Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, apresentamos o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora por nós exercida na Fundação Bial de Cerveira, F.P. e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que foram submetidos à nossa apreciação pelo Conselho Diretivo.

2 — Acompanhamos com regularidade o desenrolar das atividades e diligências efetuadas pela fundação, tendo recebido do Conselho Diretivo os elementos necessários para o desempenho das nossas funções.

3 — No cumprimento da nossa ação fiscalizadora, procedemos às verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo efetuado os testes e outros procedimentos com a profundidade que julgamos adequada nas circunstâncias, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.

4 — Apreciamos o Relatório anual, o Balanço, a Demonstração de Resultado por natureza, os Fluxos de Caixa, Controlo Orçamental e o Anexo às Demonstrações Financeiras que estão elaborados com as disposições legais aplicáveis à Fundação Bial de Cerveira enquanto fundação pública de direito privado, refletindo assim a sua posição financeira, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa.

5 — Conforme divulgado nas notas 8.1.6 do Anexo, no exercício de 2013 foi adotado pela primeira vez o Plano Oficial de Contabilidade Pública, tendo-se procedido à transição do normativo contabilístico aplicado nos anos anterior (Sistema de Normalização Contabilística para as Entidade do Setor não Lucrativo).

6 — Como Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitimos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria.

7 — Considerando que o Relatório do Conselho Diretivo descreve de modo claro a evolução registada pela Fundação, tendo em atenção a referida Certificação Legal das Contas e dado que não tomámos conhecimento de violação à lei e aos Estatutos, somos de parecer que se:

a) Delibere sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho Diretivo, referentes ao exercício de 2013;

b) Delibere sobre a proposta de aplicação de resultados;

Guarda, 16 de abril de 2014. — O Fiscal Único, *Marques de Almeida, J. Nunes — V. Simões & Associados* — SROC, S. A., representada por *Victor Manuel Lopes Simões* — ROC 780.

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1 — Examinámos as demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO BIENAL DE CERVEIRA, F.P., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de ativo líquido de 1.537.936 euros e um total de fundos próprios de 1.374.453 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.432 euros), a Demonstração de Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 868.904 euros de despesa paga e um total de 928.824 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2 — É da responsabilidade do Conselho Diretivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4 — O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Diretivo, utilizadas na sua preparação;

A verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transações efetuadas;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7 — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da FUNDAÇÃO BIENAL DE CERVEIRA, F.P. em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCP.

## Relato sobre outros requisitos legais

8 — É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Guarda, 16 de abril de 2014. — *Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados* — SROC, S. A., representada por *Victor Manuel Lopes Simões* — ROC 780.

307839054

## IADE — INSTITUTO DE ARTES VISUAIS, DESIGN E MARKETING

### Despacho n.º 7003/2014

Sob proposta do IADE — Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, S. A., entidade instituidora do IADE-U Instituto de Arte, Design e Empresa — Universitário, ouvidos o Conselho Pedagógico e o Conselho Científico, é aprovado o seguinte:

#### Artigo 1.º

#### Alteração do plano de estudos

Licenciatura em Marketing e Publicidade, curso do 1.º ciclo de estudos do ensino superior, conducente ao grau de licenciado no ensino universitário — alterado ao abrigo e nos termos do artigo 76.º-B do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, e com comunicação prévia à Direção-Geral do Ensino Superior no dia 29 de abril de 2014, a seguir se publica a alteração ao plano de estudos publicado no *Diário da República* na 2.ª série, n.º 102, pelo Despacho n.º 9089/2010, de 26 de maio.

#### Artigo 2.º

#### Estrutura curricular e plano de estudos

A estrutura curricular e o plano de estudos do curso são os que constam em anexo ao presente documento, dele fazendo parte integrante.

#### Artigo 3.º

#### Início de funcionamento

O curso tem o seu início a partir do ano letivo de 2014-2015.

19 de maio de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração do IADE, S. A., *Gonçalo Nuno Caetano Alves*.

### ANEXO

## Marketing e Publicidade

### Licenciatura

#### I — Estrutura curricular

1 — Estabelecimento de ensino: IADE-U Instituto de Arte, Design e Empresa — Universitário.

2 — Grau: Licenciado.

3 — Curso: Marketing e Publicidade.

4 — Número de créditos: 180 ECTS.

5 — Duração do ciclo de estudos: 6 semestres.

6 — Área científica predominante do curso: Marketing e Ciências da Comunicação.

7 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma: Licenciado.

#### QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Comunicação . . . . .	CC	69	12
Marketing e Gestão . . . . .	CM	63	9
Ciências Sociais e Humanas . . . . .	SH	12	15
<i>Total</i> . . . . .		144	36